



Um mau começo de gestão

Síntese: *O governo Dilma Rousseff teve condições bastante favoráveis para estreitar com um bom desempenho orçamentário, mas falhou. A despeito de uma arrecadação de impostos trilionária, os investimentos caíram mais de R\$ 5 bilhões no ano passado e a execução do Orçamento de 2011 mostrou-se pífia, com menos de um real investido de cada quatro previstos. Entre as regiões, o Nordeste foi o mais prejudicado. No cotejo entre os ministérios, o do Esporte exibiu a pior marca: aplicou pouco mais de 0,5% das verbas destinadas no ano passado. O declínio vem de longa data: quando se comparam indicadores da era Lula aos da gestão tucana, o Estado tem investido cada vez menos.*

A execução orçamentária costuma ser uma das melhores formas de se analisar o desempenho de um governo. Observar como a administração emprega o dinheiro pago pelo contribuinte serve para aferir quão eficiente ela é e em que medida gera benefícios para a sociedade. Neste sentido, conhecidos agora todos os principais resultados fiscais, o primeiro ano da gestão Dilma Rousseff foi um fiasco de proporções bilionárias.

O governo da petista teve todas as condições favoráveis para um bom desempenho e uma boa execução do Orçamento, a começar pela continuidade administrativa em relação à gestão Lula. Além disso, nunca a União arrecadou tanto quanto agora: foram R\$ 970 bilhões, com crescimento real, ou seja, acima da inflação do período, de 10% em comparação com 2010. O poder central recolheu o equivalente a uma CPMF – R\$ 44 bilhões – a mais do que o projetado pelo próprio governo no início do ano.

Mesmo com tanto dinheiro em caixa, o ritmo de realização dos investimentos federais foi declinante. Em 2011, eles diminuíram 6,3% em relação ao ano anterior. Em moeda sonante, foram aplicados R\$ 5,2 bilhões a menos, de acordo com o Siafi – e justamente num momento em que a economia do país demanda melhorias urgentes na infraestrutura e nas condições de produção para sustentar um ciclo de crescimento de longo prazo.

O que poderia ter se transformado em construção de novos hospitais, reforma de estradas, melhoria de escolas, compra de mais equipamentos foi, mais uma vez, torrado na fogueira dos gastos correntes – só as despesas com pagamento de salários e encargos subiram 7,7% em 2011 e o custeio, excluindo-se a capitalização da Petrobras, 11,2%. Conclusão inevitável: o formidável aumento de arrecadação perdeu-se nas engrenagens da enferrujada máquina do Estado.

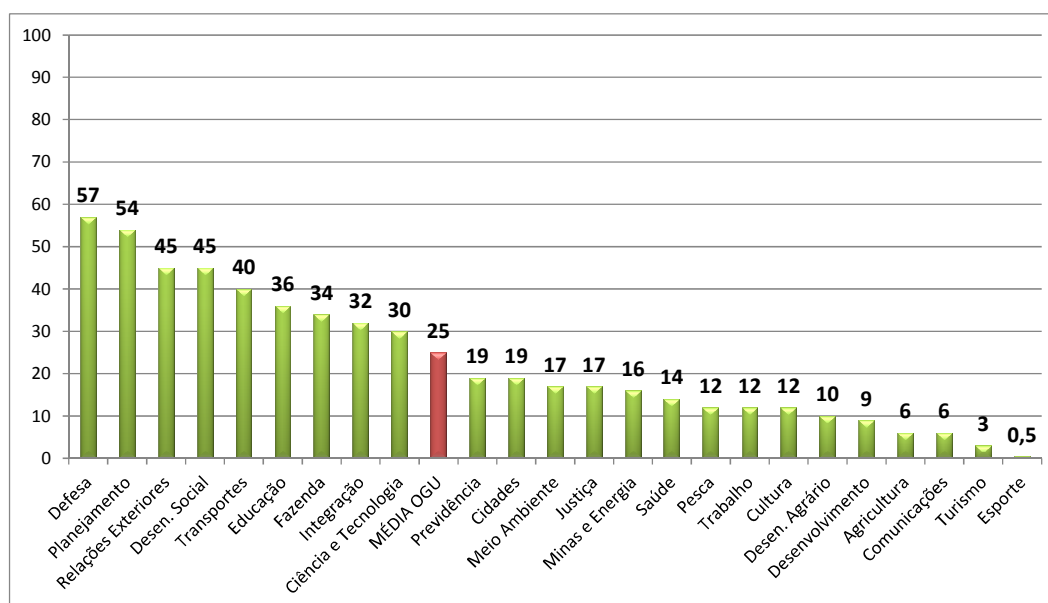
No total, os investimentos federais caíram de R\$ 47,1 bilhões para R\$ 41,9 bilhões em 2011. Mesmo assim, o montante só foi alcançado porque o governo teve de honrar uma montanha de “restos a pagar”, recursos de exercícios anteriores que ainda não haviam sido executados: no ano passado foram R\$ 25,3 bilhões. Se levarmos em conta estritamente o Orçamento Geral da União de 2011, o governo Dilma conseguiu investir somente R\$ 16,6 bilhões de uma previsão de R\$ 67,6 bilhões, ou seja, menos de um em cada quatro reais.

Desequilíbrios também regionais

Uma avaliação mais apurada da execução do Orçamento de 2011 indica outras deficiências. A começar pelo desequilíbrio dos desembolsos em termos regionais. O Nordeste foi o mais prejudicado: de uma dotação de R\$ 11,2 bilhões, recebeu somente R\$ 1,8 bilhão em investimentos no ano passado, ou 16% do previsto para seus nove estados. Em seguida, aparecem Norte (21,6%), Sul (22,8%), Sudeste e Centro-Oeste (ambos com 25%).

As disparidades se repetem quando o foco de análise é o desempenho de cada ministério. O que se viu em algumas pastas no primeiro ano da gestão Dilma foi uma verdadeira catástrofe administrativa. Nada menos que 15 pastas amargaram uma média de execução mais baixa do que a do governo federal como um todo, que ficou em 24,6% quando se consideram apenas dotações e gastos previstos para o próprio exercício de 2011.

Execução orçamentária em 2011* (em %)



Fonte: Siafi. *Não considera "restos a pagar" pagos em 2011

Quem se saiu pior foi o Ministério do Esporte, que só conseguiu aplicar 0,53% do que foi reservado especificamente no Orçamento de 2011: de R\$ 1,3 bilhão, foram investidos míseros R\$ 6,7 milhões. Quando se incluem restos a pagar de anos anteriores, o percentual melhora, mas mal ultrapassa 22% do previsto para o exercício. Entre os ministérios com orçamentos mais polpudos, o dos Transportes foi o que teve melhor desempenho: executou 40% da verba alocada no ano passado.

Declínio de longa data

Dilma Rousseff foi apresentada aos eleitores como uma gestora eficiente do dinheiro público, disciplinada e intransigente com roubalheiras e falcas. Seu primeiro ano à frente do Palácio do Planalto não comprovou nada disso. Na realidade, o mau desempenho administrativo da petista dá continuidade a deficiências herdadas da era Lula – quando, aliás, a hoje presidente já estava à frente de obras e projetos que continuam decepcionando, como aqueles voltados à Copa do Mundo de 2014.

A realidade é que, no governo do PT, a máquina pública vem perdendo eficiência, e já há muito tempo. Uma forma de mostrar isso é analisar quanto do que o Estado arrecada vira investimento público. De acordo com resultados obtidos a partir da Secretaria do Tesouro Nacional, de cada R\$ 100 arrecadados o governo Lula conseguiu destinar, em média, R\$ 1,20 para este fim. O pico ocorreu em 2010: R\$ 1,68. Com dados apenas parciais conhecidos, cobrindo somente a primeira metade do ano, a gestão Dilma tinha baixado esta média para R\$ 0,46.

Pelos mesmos critérios, à época do governo Fernando Henrique Cardoso a média de arrecadação transformada em investimento somava R\$ 1,78 de cada R\$ 100 recolhidos dos contribuintes. Em percentual do PIB, conforme o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), a média caiu de 0,83% entre 1995 e 2002 para 0,75% desde então, já incluindo a brecha do ano passado.

Após os decepcionantes números do início da gestão, a prioridade anunciada pelo governo Dilma agora é acelerar os investimentos. Fala-se em aplicar R\$ 58 bilhões neste ano, além de outros R\$ 20 bilhões em emendas parlamentares. Seria o necessário para garantir crescimento do PIB acima de 3,5%. Pelo que se viu em 2011, será difícil. Por outro lado, há o compromisso de cumprir a meta cheia de superávit: 3,1% do PIB ou o equivalente a R\$ 150 bilhões.

O êxito desses objetivos dependerá do tamanho do corte do Orçamento a ser anunciado nos próximos dias. No ano passado, a promessa do governo era poupar os investimentos da tesoura, mas o que aconteceu foi exatamente o contrário: o superávit fiscal foi alcançado por meio de uma freada nos empreendimentos públicos e mais um arrocho tributário sobre o contribuinte. O mito da gerente eficiente não sobreviveu ao teste da realidade.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.